

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 09/05/2012

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e doze (09.05.2012), as 08(oito) horas no Salão Nobre do prédio da Reitoria, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Universitário sob a presidência da Magnífica Reitora Profa. Gioconda Santos e Souza Martínez, que após dar boas vindas a todos os presentes aproveitou para fazer a leitura da pauta do dia: **1º item:** Posse de novos conselheiros; **2º item:** Apreciação do processo nº 23129.000743/2012-81, que trata da Autorização para realização de permuta referente ao imóvel onde funciona o Núcleo de Rádio e TV Universitária – NRTU. (Relatoria: prof. Joel Carlos Moizinho) * caráter de urgência; **3º item:** Apreciação do processo nº 23129.000703/2012-39, que trata da Ratificação do Relatório anual de gestão 2011 da Fundação Ajuri de Apoio à UFRR, para fins de credenciamento da referida fundação junto ao MEC. (Relatoria: prof. Frank James) * caráter de urgência; **4º item:** Apreciação do processo nº 23129.000744/2012-25, que trata das Normas regulamentares para funcionamento dos restaurantes universitários da UFRR. (Relatoria: profa. Ise de Goreth)* caráter de urgência. Feita a leitura da pauta e antes de submeter a pauta ao regime de votação, visando garantir a participação dos novos representantes nas decisões do Conselho Universitário, a Presidente solicitou aos representantes que tomariam posse neste dia, que se apresentassem aos demais conselheiros. **1º ponto** de pauta. Neste momento foi dada posse aos seguintes conselheiros: o aluno José Víctor da Costa Alecrim Bisneto, na qualidade de representante discente (titular) do Centro de Ciências Humanas - CCH. A aluna Jucilene Carneiro de Lima na qualidade de representante discente (titular) do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, tendo como suplente o aluno Profirio Souza da Silva. O aluno Adriano Henrique Lima de Oliveira, na qualidade de representante discente (titular) do Centro de Ciências da Saúde – CCS, tendo como suplente a aluna Sonia Maria de Mello Tavares Aguiar. A profa. Ise de Goreth Silva na qualidade de representante da Direção do Instituto Insikiran. Na sequência, como não houve manifestação de alteração da pauta, a presidente deu prosseguimento à reunião chamando o relator do **2º ponto** de pauta, o qual apresentou seu parecer, usando como ilustração via data-show, de fotos atuais do NRTV, bem como fotos do projeto mínimo de como ficaria a nova edificação do núcleo. Iniciou fazendo um breve histórico do Núcleo de Rádio e TV da Universidade Federal de Roraima – NRTV, o qual começou em 30/03/1992 (trinta de março de mil novecentos e noventa e dois), na cidade de Boa Vista quando a Televisão Educativa era vinculada à Prefeitura Municipal de Boa Vista, por meio da Fundação de Educação, Ciência e Cultura – FECEC. Que em 1995 (mil novecentos e noventa e cinco), a emissora foi doada à UFRR, sendo que a partir de 2009 (dois mil e nove) quando da filiação à Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, pôde ter subsídio financeiro às suas ações e com o Plano de Reestruturação Expansão das Universidades Federais – REUNI teve significativo aumento de seu quadro de servidores. Informou que o NRTV está localizado na rua Dom José Nepote, 948, bairro São Francisco, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Que a edificação encontra-se situada entre os dois blocos administrativos da Prefeitura Municipal de Boa Vista. O relator prosseguiu dando ênfase aos seguintes destaques: que a TV Educativa canal 2 VHF era uma emissora vinculada à Universidade Federal de Roraima. Que contava com equipamentos de última geração, que tem como proposta primordial formar opinião como canal aberto, fortalecer e compartilhar o processo de educação com o telespectador e dispor de uma programação informativa, regional, educativa, cultural e acadêmica. Que a transferência do NRTV para o Campus Paricarana traria a emissora para próximo da comunidade acadêmica, facilitando o acesso de professores, técnicos administrativos e graduandos de todos os cursos. Que a instalação do NRTV no Campus Paricarana traria economia de transporte, energia, água e permitiria maior controle da segurança da edificação. Que o NRTV vem sofrendo processo de expansão e com a recente criação da rádio universitária, surgiu a demanda por mais espaços físicos adequados ao bom funcionamento dos trabalhos ali realizados. Que a Prefeitura de Boa Vista, sugeriu a permuta do NRTV (1090,45m²), o qual foi

51 avaliado em R\$ 1.172.203,56 (Hum milhão cento e setenta e dois mil duzentos e três reais com
52 cinquenta e seis centavos), pela construção de nova edificação no Campus Paricarana (1269m²), a
53 qual foi orçada em aproximadamente R\$ 1.512.000,00 (Hum milhão quinhentos e doze mil reais),
54 edificação essa com espaço físico que atenderá a nova demanda do núcleo. Enfatizou dizendo que
55 o novo prédio terá novas instalações elétricas, hidráulicas e de lógica imprescindíveis a excelência
56 ao bom desempenho das ações do núcleo. E que existe uma grande vontade dos servidores lotados
57 no NRTV em se estabelecerem no Campus Paricarana, ficando mais perto de sua fonte principal de
58 trabalho, evitando constantes deslocamentos. Que a permuta não trará prejuízos econômicos à
59 UFRR e que a construção do prédio no interior do Campus Paricarana, melhor se adéqua aos
60 interesses institucionais, pelo fato de concentrar as atividades no mesmo local. Que o novo projeto
61 de construção do núcleo foi desenvolvido pela PRPDI – Pró-Reitoria de Planejamento e
62 Desenvolvimento Institucional e discutido com os servidores que compõem a TV Educativa,
63 construindo uma edificação mais adequada aos trabalhos que são desenvolvidos, inclusive com
64 perspectiva de um auditório com capacidade para 60 (sessenta) pessoas, com intuito de ampliar as
65 possibilidade de atuação da emissora. Justificou que a Prefeitura conseguiu aprovar junto à
66 SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) o projeto de construção do citado
67 núcleo no Campus Paricarana. E que diante das considerações expostas, recomendou que o CUni
68 aprovasse a permuta do NRTV por uma nova construção no interior do Campus Paricarana, e que
69 essa permuta somente seja efetivada quando a obra estiver totalmente concluída com “as-built” (que
70 em inglês significa “como construir”) e totalmente legalizada junto aos órgãos públicos, além de
71 isentar a UFRR de quaisquer gastos. Concluído o relato, a Presidente agradeceu ao prof. Joel Carlos
72 e em seguida perguntou se algum conselheiro gostaria de se manifestar, sendo que no primeiro
73 momento, apenas o conselheiro Pedro Romulo se inscreveu. Disse que a título de curiosidade
74 gostaria de saber como acontecerá a questão da transferência de equipamentos, citando como
75 exemplo a questão da antena do NRTV. Em resposta o relator informou que a PMBV deverá
76 entregar o espaço em condições de pleno funcionamento. Na sequência, a conselheira Sandra
77 Buenafuente aproveitou o momento e chamou atenção que a documentação que consta no processo
78 inerente à avaliação da obra é referente ao ano de 2009 (dois mil e nove), apesar de ter sido feita a
79 correção e atualização dos cálculos pela PRPDI. Perguntou também por qual motivo esse assunto
80 não foi discutido anteriormente, apesar de entender que existem questões de prazos. Questionou
81 porque a matéria entrou na pauta na modalidade “caráter de urgência”, impossibilitando que haja
82 modificações, inclusive que seja pedido vista. Enfatizou que enquanto Conselho Universitário, não
83 se pode chegar na reunião apenas para ratificar o que já está sendo executado. Falou que não estava
84 colocando em dúvida a questão da importância da permuta, mas sim fazendo um chamamento em
85 relação ao método como o processo estava sendo conduzido, ou seja, que sua preocupação era
86 apenas com a questão da transparência em se conhecer melhor a matéria. O conselheiro Frank
87 James usou seu tempo de fala para lembrar a relação mantida entre a PMBV e a UFRR. Que
88 inclusive havia pouco tempo, a UFRR concedeu a Medalha de Amigo da UFRR à instituição
89 parceira. Lembrou também, que durante muito tempo a PMBV foi responsável pela infra-estrutura
90 da UFRR e que agora a PMBV está necessitando do espaço atualmente ocupado pelo NRTV. Disse
91 que seria louvável o atendimento dessa demanda da PMBV, apesar de achar que a matéria deveria
92 ter sido colocada em discussão em outro momento, ou seja, em reunião que antecederesse o CUni, até
93 mesmo para se conhecer o espaço onde será construída essa nova edificação no Paricarana. O
94 conselheiro Carlos Franco perguntou se estaria correto o uso do termo “permuta”, uma vez que
95 tanto o espaço do atual NRTV quanto o que está sendo construído pertencerem à UFRR. Por se
96 tratar de uma questão de legalidade, a Presidente concedeu a fala ao prof. Aldir Menezes –
97 Coordenador de Legislação e Normas, o qual ratificou que o instrumento jurídico para esse tipo de
98 ação é a “permuta”, com base na Lei n. 8.666 que trata das Licitações. Em seguida, a presidente
99 esclareceu que questões como ampliações para receber a rádio, os equipamentos da TV digital, bem
100 como a construção do auditório, estariam impedidas de serem atendidas diante das atuais condições

101 do NRTV. E que a transferência do núcleo para o Campus Paricarana era um desejo expressado
102 pelos servidores técnicos-administrativos lotados naquela unidade, que se sentiam de certa forma
103 distanciados do corpo de técnicos e demais servidores da UFRR. Além de várias conversas
104 mantidas entre a Administração Superior e o Curso de Bacharelado em Comunicação Social. No
105 tocante à questão levantada com bastante propriedade pela conselheira Sandra Buenafuente, a
106 presidente esclareceu que diante de uma conversa mantida com a Prefeitura de Boa Vista no final do
107 ano de 2011 (dois mil e onze), já não havia esperança que esse recurso fosse executado, haja vista a
108 enorme quantidade de projetos e convênios mantidos entre a PMBV e a SUFRAMA, porém a
109 notícia de que a haveria a execução do convênio se deu mediante a importância estratégica do citada
110 edificação para a PMBV. A conselheira Sandra Buenafuente disse que no seu entendimento o que
111 deveria ser autorizado pelo CUni não é a questão da permuta e sim a construção de um prédio que
112 envolverá uma permuta, quando estiver as condições de um acordo definido e do contrato
113 exatamente definido que envolva toda essa relação. Que a questão da permuta deverá ser aprovada
114 por este conselho somente quando o prédio estiver pronto. Disse que iria se abster em aprovar neste
115 conselho a construção de algo que não sabe ao certo como ficará. Como a questão de
116 esclarecimento precede as demais falas, a presidente concedeu à palavra ao Coordenador de
117 Legislação e Normas, o qual explicou que provavelmente o que levou à premência da construção,
118 foi o fato da existência de um processo eleitoral em marcha e que isso demanda prazos, uma vez
119 que uma transferência feita durante o período eleitoral poderia acarretar em embargos por parte da
120 Justiça Eleitoral. Concluiu dizendo que a permuta só iria se efetivar quando a Prefeitura Municipal
121 de Boa Vista entregasse o Habite-se do prédio. Que a permuta não está sendo autorizada neste
122 momento, porém o CUni precisa autorizar que a Administração Superior tome providências ao
123 longo desse processo, para que a permuta possa ser efetivada no futuro. E que a equipe da PRPDI
124 garantirá que a obra seja realizada com sucesso. A conselheira Sônia Padilha disse que o fato do
125 nome “permuta” ter encabeçado o processo é de certa forma uma garantia de que a permuta será
126 feita. Enfatizou que a UFRR por meio da PRPDI e com toda autonomia que lhe é conferida, terá
127 capacitada de vistoriar uma obra de grande vulto como essa. E que certamente esse controle da
128 execução será feito inclusive pela equipe da TV. Defendeu que a TV cresceu e que por isso precisa
129 de um ambiente maior, haja vista outras atividades por ela desenvolvida, atividades que vão além do
130 atendimento ao Curso de Comunicação – CCCOM, ficando apenas como plataforma para o
131 CCCOM. Por fim, a conselheira se manifestou favorável ao posicionamento defendido pela
132 relatoria. O professor Roberto Câmara pediu que fosse evitado pela Administração Superior, a
133 questão da inserção de pontos de pauta em regime de urgência. Corroborou com a profa. Sandra
134 Buenafuente no sentido de que alguns problemas como “vazamento” nas edificações fossem
135 vistoriados. No entanto, declarou que a PRPDI com certeza ficará atenta em relação a esses
136 detalhes. Concordou que a transferência do NRTV para o Campus Paricarana seria de grande
137 importância e com certeza traria muitas vantagens. Que os problemas apresentados são mínimos em
138 relação aos benefícios dessa transferência. Por fim, o conselheiro Câmara também se manifestou
139 favorável quanto à aprovação dessa ação. O prof. Alexander Sibajev recomendou que seria
140 pertinente solicitar um parecer da AGU – Advocacia Geral da União e que fosse colocada a questão
141 da salva-guarda, pois talvez o receio em se aprovar esse ponto seja em virtude da insegurança no
142 momento em que a PMBV fosse questionada em relação à posse de imóvel mediante isso, além de
143 prejudicar futuramente a doação da construção do imóvel. Aproveitou para perguntar se não haveria
144 algum problema em termos de interferência na transmissão relacionada ao NRTV, uma vez que o
145 radas da Base Aérea de Boa Vista já causa problema de vez em quando à torre da UFRR. Em
146 resposta ao conselheiro Sibajev, a presidente disse que tem plena confiança tanto na Orientação
147 Jurídica prestada pela CL & N quanto pela AGU. Em relação à questão de interferência, a profa
148 Gioconda Martínez disse que foi feita a visita de um técnico especializado na área de antenas, o
149 qual verificou em cada *locus* do Campus se haveria a interferência nos níveis de sinal. A profa.
150 Francilene Rodrigues, neste ato representando a conselheira Ana Lúcia – Diretora do CCH – Centro

151 de Ciências Humanas, disse que sentiu falta no processo, da cópia do contrato seja de permuta ou
152 sessão, ou seja, do documento onde estariam firmadas as responsabilidades de ambas as partes. Em
153 atenção ao questionamento feito pela profa. Francilene Rodrigues, a presidente disse que existe
154 mais insegurança para a Prefeitura de Boa Vista do que para a Universidade Federal de Roraima.
155 Em complemento, o Coordenador da CL & N falou que somente após esta autorização do Conselho
156 é que a Administração Superior poderá assinar quaisquer documentos em relação à permuta. Por
157 isso que não consta no processo, cópia de quaisquer termo ou contrato. No tocante à questão da
158 insegurança levantada pelo conselheiro Sibajev, o prof. Aldir Menezes explicou que a UFRR está
159 cercada de garantias, uma vez que essa autorização será levada ao Congresso Nacional para que seja
160 autorizada por lei. Por sua vez, o conselheiro Manoel Júnior disse que na verdade o que está sendo
161 feito é trazer para o Legislativo da UFRR a solicitação de autorização para que o Executivo realize
162 a permuta. Aproveitou também para esclarecer que o processo foi amplamente discutido pela equipe
163 que compõe o núcleo em conjunto com a PRPDI. Em seguida, a presidente pediu que a servidora
164 Marleide Cavalcante – Diretora do NRTV se pronunciasse em nome de todos os técnicos-
165 administrativos do núcleo. A diretora começou dizendo que a ideia de vir para o Paricarana foi
166 pensada no ano de 2009 (dois mil e nove). Na época o Engenheiro Adriano Adorian da EBC visitou
167 a UFRR com intuito de conhecer a TVU, uma vez que em 2008 (dois mil e oito) a TV só agia como
168 laboratório. E que para laboratório o atual prédio atende as necessidades, mas no patamar de
169 02(duas) emissoras, 01 (uma) rádio e 01 (uma) TV tudo fica mais complexo. Falou também que
170 atualmente o núcleo é composto por 35 (trinta e cinco) pessoas dentre técnicos-administrativos,
171 prestadores de serviço e estagiários, e que em virtude dessa expansão, a estrutura não atende mais as
172 demandas. Intensificou dizendo que existiu uma troca de experiência entre a UFRR e outras
173 emissoras que fizeram projetos semelhantes. Esclareceu que uma TV pública tem uma programação
174 de praxe e que isso não se resume em laboratório, muito pelo contrário, demanda de uma produção
175 e que tem ganho nos últimos anos uma dimensão nacional. Explicou que não é fácil fazer
176 comunicação pública e que isso demanda um esforço coletivo. E que existe um comum acordo entre
177 todos que fazem o NRTV em trazer para Paricarana esse núcleo. Na sequência, como não houve
178 outros inscritos, a presidente submeteu o 2º item da pauta em votação, tendo o mesmo sido
179 aprovado pelo egrégio CUni com 26 (vinte e seis) votos favoráveis, nenhum contrário e 05 (cinco)
180 abstenções, sendo 01 (uma) com declaração de voto da conselheira Sandra Buenafuente, a qual
181 justificou que sua abstenção não dizia respeito ao fato de ser contra a matéria, contudo pelas
182 dúvidas suscitadas e pela falta de informações formais que poderiam ter esclarecido melhor o
183 processo, achou por bem votar pela abstenção. Dando início ao **3º ponto** da pauta, a presidente
184 convidou o relator da matéria, prof. Frank James para tomar assento junto à mesa. O relator
185 começou fazendo uma breve leitura do seu parecer, do qual pôde-se destacar os seguintes pontos:
186 que trata-se da ratificação do Relatório anual de gestão 2011 da Fundação Ajuri de Apoio ao
187 Desenvolvimento da Universidade Federal de Roraima. Documento necessário para o registro e
188 credenciamento da citada fundação junto aos órgãos oficiais de fomento, atendendo ao disposto no
189 Art. 5º do Decreto nº 7.423 (sete mil quatrocentos e vinte e três) datado de 31/12/2010 (trinta e um
190 de dezembro do ano de dois mil e dez). Para tanto, o relator disse constar nos autos a ata do
191 Conselho de Curadores da Fundação, aprovando a prestação de contas ano 2012 (dois mil e doze),
192 ano base 2011 (dois mil e onze), conforme página 03 (três) do processo, Relatório anual de gestão
193 2011 (páginas 07-21) e Orientação nº 034/2012-CLN, recomendando a apreciação do pleito por
194 este conselho. Bem como, documentação explicando que estão sendo cumpridas todas as
195 recomendações feitas pela auditoria independente realizada na Fundação no mês de março de 2012.
196 Tendo assim cumprido todos os requisitos necessários para a apreciação e considerando a
197 importância da Fundação Ajuri para o apoio e desenvolvimento da UFRR e face ao exposto o
198 relator recomendou ao CUni que ratificasse o Relatório anual de gestão 2011 da citadas fundação.
199 Após leitura do parecer, o prof. Frank James informou aos demais conselheiros que em virtude de
200 um provável equívoco no momento de reprodução dos materiais, justamente a página 03 (três) do

201 processo não havia sido distribuída aos demais conselheiros e que por isso, faria a leitura integral do
202 item nº 04 (quatro) da pauta da reunião do CCFA – Conselho de Curadores da Fundação Ajuri, uma
203 vez que por ser o relator da matéria no egrégio CUni, estava em seu poder o processo original. Na
204 sequência o relator fez a seguinte leitura: “...o senhor Rubens Savaris Leal explanou acerca de fatos
205 relacionados aos registros contábeis ocorridos em gestões anteriores e fez um relato a respeito do
206 termo “inconsistências” presente no parecer do Conselho Fiscal, e esclareceu pontos do parecer da
207 auditoria independente sobre as conciliações contábeis, imobilizado e ISSQN a recolher. Depois de
208 sanadas todas as dúvidas, os conselheiros decidiram por unanimidade pela aprovação das
209 demonstrações contábeis, considerando o parecer da auditoria independente que atestava a
210 regularidade financeira e patrimonial das contas da Fundação Ajuri, ano 2012 base 2011. Os
211 conselheiros decidiram ainda que a diretoria executiva observasse e cumprisse as recomendações do
212 citado parecer”. Investido da função de relator, o prof. Frank James informou que procurou no dia
213 anterior à reunião do CUni, ou seja, dia 08/05/2012 (oito de maio de dois mil e doze) a Diretora
214 Executiva da Fundação Ajuri, Sra. Elisa Hatsue Brito Yoshihara, que visando melhor subsidiar a
215 relatoria do prof. Frank, o entregou a Carta nº 092/2012-DIREX (Diretoria Executiva), constante às
216 folhas 31 (trinta e um) do processo. O relator fez questão de ler o seguinte trecho da referida carta:
217 “No Parecer foram recomendados itens para aperfeiçoamento dos controles internos, bem como a
218 criação da provisão de pagamento de uma autuação da Receita Federal (a fundação recorreu a tal
219 autuação). Informo ao senhor que, todos os apontamentos feitos pela auditoria já estão sendo
220 providenciados para que na próxima auditoria o relatório não tenha recomendações”. O prof. Frank
221 James ainda comentou que havia sido membro do Conselho de Curadores da Ajuri pelo período
222 aproximado de 02(dois) anos, quando teve que abrir mão da vaga ao assumir a Direção do CBIO –
223 Centro de Estudos da Biodiversidade. E as pessoas que tiveram esse contato mais próximo com as
224 ações da Ajuri sabem da importância que é essa questão da regularização da fundação. Na sequência
225 o relator solicitou que a Sra. Elisa Hatsue fizesse uso da palavra para expor mais detalhes sobre a
226 matéria. Em atendimento ao pedido do relator, a Diretora Executiva da Fundação Ajuri disse
227 inicialmente que essa solicitação de ratificação do relatório anual de gestão 2011 é uma exigência
228 do próprio Decreto nº 7.423. Falou que em relação ao relatório de gestão, foi apresentado ao
229 conselho curador um relatório sintetizado demonstrando as ações que foram tomadas em 2011, bem
230 como a execução dos convênios que estavam firmado para o citado ano. Aproveitou também para
231 fazer uma rápida explicação de como funciona a execução dos projetos por meio da fundação. E
232 que o objetivo maior de todo cumprimento dessas recomendações é sem dúvida efetivar o
233 credenciamento da Ajuri junto aos órgãos competentes, especialmente o MEC- Ministério da
234 Educação e MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Após as explicações feitas pela Sra. Elisa
235 Hatsue, o prof. Frank James reforçou aos demais conselheiros sobre a importância dessa aprovação
236 do relatório de gestão da fundação Ajuri. Em seguida a presidente abriu espaço para que os demais
237 conselheiros pudessem se manifestar. Inscrita, a profa. Francilene Rodrigues questionou o porque
238 do plano de ação 2011 não está acompanhando o relatório de gestão. Disse que a ideia que deve
239 permear essa entidade é sem dúvida a questão da transparência, no sentido de tornar a Ajuri mais
240 próxima da Universidade. E que isso só aconteceria mediante apresentação de informações. Que
241 inclusive sentiu falta também de documentação referente à demonstrações contábeis e financeiras
242 que poderiam está anexadas ao plano de ação, pois assim fiaria mais fácil o acompanhamento
243 formal via documento, além de dar ao Conselho mais visibilidade e conhecimento sobre a função da
244 Ajuri dentro da UFRR. A pedido da presidente, a Sra. Elisa Hatsue fez uso da palavra para
245 responder aos questionamentos feitos pela profa. Francilene Rodrigues. Explicou que o plano de
246 ação não havia passado pelo crivo do Conselho Curador da Ajuri, uma vez que o plano foi
247 apresentado no final de 2010 com a finalidade de ser executado em 2011. Porém na época
248 encontrava-se “pró-tempore” a frente da direção da fundação Ajuri. E por isso os membros do
249 Conselho Curador acharam que naquele momento não era possível a aprovação desse plano de
250 ação. Além de problemas com a composição do Conselho Curador, que só foi sanada no final do

251 ano de 2011, o que impossibilitou a submissão do plano de ação à pauta e aprovação pelo Conselho
252 Curador. Em relação às demonstrações contábeis, a Diretora Executiva da Ajuri informou se tratar
253 de calhamaço contendo aproximadamente 400 (quatrocentas) páginas, sendo composto basicamente
254 de balanços patrimoniais e demonstrações contábeis pertencentes não só à fundação, como também
255 aos convênios que por ela são executados. O relator declarou que a maioria dos problemas
256 enfrentados pela fundação estão ligados ao coletivo. E reforçou mais uma vez o quanto seria
257 importante que o CUnI concordasse tanto com a ratificação quanto com o credenciamento. O prof.
258 Roberto Câmara usou seu tempo para fazer um rápido histórico sobre a Fundação Ajuri desde a
259 época em que foi instalada. Citou também um problema enfrentado pelo Curso de Física (ao qual
260 pertence) no tocante a dificuldade em importar um determinado “laser” por conta de que a
261 UFRR é impossibilitada de importar. Entre outras questionamentos levantados pelo conselheiro
262 Câmara, destacou-se o apelo feito ao CUnI em relação à aprovação de regulamentação da fundação
263 Ajuri. O conselheiro Márcio Akira disse que apesar de não fazer parte da UFRR a muito tempo, tem
264 participado de ações extensionistas na instituição e que para a execução de projetos extensionistas a
265 Ajuri tem papel fundamental. Por isso, o conselheiro disse que seria importante que o CUnI
266 concordasse com esse credenciamento da Fundação. O prof. Sibajev pediu que a PRADS – Pró-
267 reitoria de Administração e Desenvolvimento Social contribuísse com a Ajuri quanto ao
268 acompanhamento e execução da prestação de contas de alguns projetos junto a FINEP –
269 Financiadora de Estudos e Projetos, visando que fosse evitada a devolução de recursos
270 significativos que poderiam ser aplicados em ações da UFRR. A presidente comentou acerca das
271 vantagens da fundação Ajuri, no sentido de geração de empregos diretos, que tanto a Diretora
272 Executiva quanto a equipe que compõe a fundação são muito elogiadas pela FINEP devido a
273 celeridade com que resolvem os assuntos de interesse da fundação. Em seguida como não houve
274 outros inscritos para esse ponto, a presidente determinou regime de votação para o 3º item da pauta
275 desta reunião, que tratou da Ratificação do Relatório anual de gestão 2011 da Fundação Ajuri de
276 Apoio à UFRR, para fins de credenciamento da referida fundação junto ao MEC, tendo o mesmo
277 sido aprovado pelo CUnI com 32 (trinta e dois) votos favoráveis, 01 (um) contrário e nenhuma
278 abstenção. Passando ao **4º item** a presidente convidou a conselheira Ise de Goreth para que tomasse
279 assento à mesa. A relatora iniciou fazendo a leitura do seu parecer, do qual pôde-se destacar: em
280 relação ao Capítulo IV – da identificação dos usuários, que o art. 4º passasse a ter a seguinte
281 redação: “O RU- AWANSHI atenderá usuários discentes, docentes, servidores técnicos-
282 administrativos, prestadores de serviços na UFRR e visitantes em caráter acadêmico na UFRR
283 (doravante visitantes)”. No inciso I: “...crachá disponibilizado pela Pró-reitoria de Extensão (

284 PROEX) e pagamento de valor correspondente”. Ainda no Capítulo IV, especificamente inciso V:
285 “para visitantes, a utilização dos serviços do RU-AWANSHI se fará mediante apresentação de
286 crachá do evento e pagamento de valor correspondente”. No Capítulo V – do funcionamento e das
287 tarifas a relatora sugeriu nova redação para o art. 5º: “O RU – AWANSHI funcionará, de segunda a
288 sábado, obedecendo o calendário de recessos e feriados da UFRR, podendo, conforme contrato
289 específico para prestação de serviços, fornecer as seguintes refeições: café da manhã, das 06h30min
290 às 08h30min; almoço, das 11h30min às 14h30min e jantar, das 17h30min às 20h”. Sugeriu que o
291 §1º fosse retirado. No §2º a inclusão de dois termos, sendo o primeiro: “de processo de licitação”,
292 após a palavra “resultado” e o segundo “à Reitoria” após a palavra “apresentada”. Nova redação
293 para o §3º do art.6º: “para discentes de cursos de extensão que não tenham vinculação com cursos
294 de Educação Básica, Educação profissional e tecnológica, graduação e pós-graduação da UFRR”.
295 Segundo parágrafo 1º do art. 4º, as coordenações dos respectivos cursos de extensão deverão
296 encaminhar lista mensal à PROEX – Pró-reitoria de Extensão, até o último dia útil de cada mês,
297 com nomes dos discentes em situação regular para direito à utilização dos serviços do RU-
298 AWANSHI no mês seguinte. Capítulo VI – da organização e da conduta, dos direitos e deveres dos
299 usuários. Art. 9º, inciso I “...traje de banho, sem camisa...” Acrescentar no Inciso IV: “...conhecer
300 antecipadamente o cardápio do dia”. Por fim, a relatora frisou que as mesmas sugestões foram feitas

301 em relação às normas do Restaurante do Cauamé. Após relato da profa. Ise de Goreth, a presidente
302 abriu para inscrições dos conselheiros. O técnico-administrativo Edney Veras questionou o porque
303 de serem dois regimentos (RU – AWANSHI e RU – Cauamé) já que o serviço prestado será o
304 mesmo para os dois. No art. 4º sugeriu que não houvesse diferenciação entre as categorias de
305 professores e técnico-administrativo, podendo ser utilizado o termo “servidores”. Em seu discurso,
306 a profa. Sandra Buenafuente foi aplaudida ao levantar questões como: política social efetiva;
307 planilha de comprovação dos preços cobrados pelos demais Restaurantes Universitários do Brasil
308 em relação ao preço a ser cobrado pelo RU da UFRR; indagações se a UFRR vem trabalhando
309 apenas para a sociedade ou para a comunidade acadêmica; possibilidade de subsídio a ser oferecido
310 pela UFRR em função dessa questão do RU; que tanto o RU do Paricarana quanto o do Murupu
311 poderiam ser contemplados com políticas de agricultura familiar e dessa forma produzir refeições
312 de qualidade. Não menos aplaudida, a profa. Francilene Rodrigues aproveitou o momento para fazer
313 a leitura de uma carta elaborada pelos Estudantes Unidos do CCH – Centro de Ciência Humanas em
314 Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, da qual pôde-se destacar os seguintes trechos: breve
315 comentário sobre a luta pelo direito à alimentação na UFRR; que o Restaurante Universitário deve
316 cumprir sua finalidade que fossem pensadas possibilidades de firmar convênio com o PAA –
317 Programa Adquirir Alimentos do Governo Federal e aproveitamento do convênio firmado entre a
318 SEJUC – Secretaria de Estado da Justiça e a UFRR em relação ao Projeto João de Barro e que
319 fossem garantidos salários com média mínima de 01 (um) salário mínimo; que a proposta do CCH
320 era de que esse regimento não fosse aprovado, porém que fosse nomeada uma comissão para
321 elaboração de um regimento que atendesse efetivamente as necessidades dos alunos, técnicos e
322 professores, visando a realização do ensino público, gratuito e de qualidade. O prof. Carlos Franco
323 disse que seria interessante amadurecer a questão de se montar uma comissão para que se
324 aprofundasse aos detalhes necessários. Entre outras questões, pediu que a diversidade cultural fosse
325 considerada, no tocante à elaboração do cardápio dos restaurantes. Na sequência, houve a
326 participação de três alunos da UFRR. O primeiro foi o aluno do Curso de História que se
327 identificou apenas pelo nome de Márcio, o qual entre outros aspectos frisou o valor das tarifas a
328 serem cobradas pelo RU. Disse que de acordo com a planilha apresentadas pelos alunos, o valor a
329 ser cobrado pelo RU da UFRR está totalmente além daquele cobrado por outras IFES. No segundo
330 momento, o aluno identificado apenas por Wanderson falou sobre a Assistência Estudantil prestada
331 pela UFRR. E por fim, o aluno Neyderson Sampaio aproveitou a oportunidade para esboçar a falta
332 de compromisso do atual DCE – Diretório Central dos Estudantes em relação aos demais CA’s –
333 Centros Acadêmicos. Disse que o processo de bolsas oferecidos pela UFRR não atende a demanda
334 dos alunos. A profa. Sandra Buenafuente corroborou com a profa Francilene Rodrigues no sentido
335 que fosse trabalhada a ideia da comissão com intuito de elaborar um regimento que atenda
336 realmente os anseios do coletivo. O conselheiro Alberto Martínez iniciou sua fala pedindo que o
337 assunto em pauta fosse analisado com objetividade e não com ideologia. Enfatizou que se numa
338 Universidade não pode ter serviços prestados por empresas particulares, haveria de se pensar em
339 fechar os serviços de reprografia e cantina como por exemplo, que são serviços que funcionam na
340 instituição por meio de processos licitatórios, além de ser pensada a possibilidade de estatizar o RU.
341 Questionou se existe a possibilidade da UFRR subsidiar o valor da refeição. Em resposta ao
342 conselheiro Martínez, a presidente disse que não seria possível manter o RU com funcionários
343 efetivos da UFRR. E que alguns cargos como por exemplo: servente e copeiro já foram extintos do
344 leque de opções de cargo do Ministério do Planejamento. Esclareceu ainda que o objetivo do CUni
345 era decidir as questões de forma conjunta e que em nenhum momento permitiria que determinadas
346 ações ou comentários colocassem os alunos em lados contrários ao da gestão. Dando oportunidade
347 à participação dos alunos, a presidente concedeu vez à conselheira Jucilene Carneiro, que fez um
348 breve comentário sobre a quantidade insuficiente de bolsas e auxílios fornecidos pela UFRR. Citou
349 como exemplo os alunos pertencentes ao Instituto Insikiran que na sua maioria estavam
350 desempregados naquele momento. Comentou também sobre a importância em promover um

351 cardápio onde sejam respeitado os valores étnicos. Disse que os alunos esperam a oportunidade de
352 participar nas decisões da instituição. Perguntou que se existe a possibilidade de repensar os valores
353 previstos a serem cobrados pelo RU. Após sugestões, a conselheira Jucilene Carneiro cedeu o
354 restante do seu tempo de fala ao aluno Neyderson Sampaio, momento em que o aluno esclareceu
355 que os alunos não estavam sendo contra a implantação do RU, muito menos contra a questão de ser
356 uma empresa particular a responsável pela exploração do RU. Enfatizou que a questão era
357 exatamente em relação ao valor cobrado, uma vez que por ser equivalente “ao quilo”, dependendo
358 de determinado prato, cause constrangimento aos alunos que não têm condições de pagar. Entre
359 outras questões importantes, o conselheiro e Pró-reitor de Administração e Desenvolvimento Social
360 Manoel Júnior, esclareceu aos demais conselheiros que havia sido publicado um artigo e inclusive
361 havia sido feito um estudo comprovando que em média 01(um) adulto consome aproximadamente
362 600 (seiscentos) gramas de comida. E que havia um índice significativo de que o conhecido
363 “bandejão” trazia desperdício muito grande de comida. Disse que é muito difícil conseguir contratar
364 profissionais capacitados na área de: chefe de cozinha e cozinheiro e que o serviço de terceirização
365 dessa mão-de-obra é altíssimo. Que após pesquisa local, foi verificado que o valor mínimo a ser
366 praticado no mercado é o de R\$ 8,00 (oito) reais pelo quilo da comida; e que caso contrário, ou seja,
367 se for valor menor que esse a licitação dá deserta. Enfatizou que todos estavam do mesmo lado
368 “professores, técnicos-administrativos e alunos” . Disse que o que poderia ser feito era possibilitar o
369 funcionamento do restaurante com as atuais condições e posteriormente ser feito e protocolado um
370 abaixo-assinado para a Reitora com intuito de que se consiga mais recurso perante os órgãos
371 competentes. Que o fato de se criar uma comissão, ou seja, baixar em diligência para avaliar normas
372 operacionais não vai fazer com que o restaurante funcione. Que a única forma dele funcionar seria
373 por meio de processo licitatório. Aproveitou para falar sobre as dificuldades enfrentadas durante
374 todo o processo do RU, especialmente em se conseguir uma empresa que fornecesse refeição de boa
375 qualidade por esse valor mínimo. Inscrita, a conselheira Francilene Rodrigues disse que após as
376 explicações do conselheiro Manoel Júnior havia se sentido mais esclarecida, e falou se tratar de uma
377 empresa terceirizada para explorar o espaço, tal qual acontece com outros espaços da instituição e
378 que foram disponibilizados para serviços bancários, cantinas e etc. Diante disso, disse que seria
379 necessário baixar uma diligência formada por uma comissão composta por : um aluno, um técnico-
380 administrativo; um professor e um representante da Pró-reitoria de Extensão. O prof. Câmara disse
381 que se não existe um mandatório prevendo que é do CUni a responsabilidade de avaliar esse
382 regulamento, não haveria necessidade de ter essa anuência do conselho e que assim poderia ser
383 dado início ao funcionamento do RU independente do que for decido pelo CUni. O prof. Márcio
384 Akira fez uso da palavra para se pronunciar em nome de todos, segundo ele, não tem opção de
385 cantina, lanchonete, local adequado para fazer suas refeições. Disse que no Campus Cauamé a
386 realidade era outra para aqueles que lá estudam e trabalham. Reconheceu que tanto os alunos quanto
387 a administração superior tem suas razões em relação ao RU, porém clamou aos demais conselheiros
388 pela urgência em se abrir esse restaurante. A profa. Francilene Rodrigues disse se tratar de um
389 Restaurante na Universidade ao invés de Restaurante Universitário. Que o ideal agora seria formar
390 uma comissão apta a acompanhar as normas e desenvolvimento de algumas ações executadas pela
391 empresa que irá explorar o espaço do RU, como por exemplo a qualidade da comida e etc. A profa.
392 Sandra Buenafuente aproveitou para defender a questão da designação de uma comissão, conforme
393 colocado pela profa. Francilene Rodrigues. O prof. Frank James disse que confia na Administração
394 além de crer que o que está sendo feito no momento é a melhor alternativa. Falou que a discussão
395 não deve perder a concepção de Restaurante Universitário. A conselheira Sônia Padilha disse que o
396 processo tem que ser democrático. Que as propostas de RU apresentadas eram totalmente dispare
397 do que estava realmente prevista para um RU, não cabendo no momento retroagir, tendo em vista
398 que o RU era uma conquista da UFRR e que se ele fosse bem gerido com certeza será um benefício
399 para todos. Na sequencia o conselheiro Frank James perguntou se haveria algum problema em
400 transformar os dois regimentos em apenas um; (sugestão acatada pela relatora). O conselheiro

401 Edney Veras lembrou que a sugestão apresentada pelo prof. Frank James e acatada pela relatora era
402 de sua autoria, conforme apresentada no início do item quatro desta reunião. O conselheiro Roberto
403 Câmara achou pertinente deixar registrado que a criação dessa comissão de avaliação e fiscalização
404 será objeto de resolução do CUní. Em tempo, a presidente disse que poderia ser pensado em 01(um)
405 docente, 01(um) discente e 01(um) técnico-administrativo do Campus Cauamé e 01(um) docente,
406 01(um) discente e 01(um) técnico-administrativo do Campus Paricarana. O prof. Sibajev propôs
407 que os nomes dos restaurantes ficassem da seguinte forma: Restaurante AWANSHI e restaurante
408 Cauamé (retirando o termo “Universitário”). Como a relatora não acatou a sugestão feita pelo prof.
409 Sibajev, a presidente submeteu ao regime de votação, sendo que a proposta feita pelo prof. Sibajev
410 obteve 03 (três) votos e a da relatora 21 (vinte e um) votos, não tendo sido registrada nenhuma
411 abstenção. No art. 9º inciso I, a relatora sugeriu acrescentar: “traje de banho e sem camisa”. Para o
412 art. Art. 10º a relatora recomendou que fosse garantido aos usuários o conhecimento prévio do
413 cardápio. O Coordenador de Legislação e Normas sugeriu a inclusão de um inciso V no art. 12.
414 garantindo a seguinte redação: “causar danos ao patrimônio do RU-AWANSHI e do RU-
415 CAUAMÉ”. Texto acatado pela relatora. O conselheiro Câmara falou que seria importante registrar
416 a quem caberá os recursos oriundos das penalidades. Sugeriu que fosse criado um §3º no art. 13,
417 cabendo a seguinte redação: “A instância de recurso será a Pró-reitoria de extensão – PROEX”. Em
418 seguida, como não houve outros inscritos, a presidente submeteu o 4º item ao regime de votação,
419 tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade por este conselho. Em seguida, a presidente passou
420 a condução dos trabalhos ao Vice-Reitor prof. Reginaldo Gomes, o qual informou que em função do
421 que havia sido deliberado durante toda a reunião, abriria espaço para tratar da questão da comissão
422 a ser formada por 02 (dois) docentes, 02 (dois) técnicos-administrativos, 02 (discentes),
423 pertencentes ao CUní e 01 (um) representante da PROEX além de 01 (um) representante da
424 PRADS, para que fosse elaborada uma proposta com a concepção de restaurante universitário nos
425 moldes do que vinha sendo discutido no decorrer da reunião, em atendimento aos alunos. Comissão
426 essa com prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos. O conselheiro Câmara solicitou que
427 a proposta de comissão não fosse aprovada na presente reunião face a baixa quantidade de
428 conselheiros presentes no momento, pois seria até difícil compor essa comissão. O prof. Martínez
429 sugeriu que fosse colocado em votação a existência da comissão e que posteriormente, talvez em
430 outra reunião, fosse revisto a questão da composição da comissão. Proposta incorporada pela
431 conselheira Sandra Buenafuente, a qual justificou que a existência dessa comissão havia sido objeto
432 de uma discussão contínua na reunião. O prof. Câmara retirou sua proposta. Neste sentido o
433 presidente submeteu ao regime de votação a única proposta apresentada pelos conselheiros Alberto
434 Martínez e Sandra Buenafuente, que seria a de aprovar a existência da comissão e que
435 posteriormente fosse revisto a questão da composição da comissão, tendo sido registrado 17
436 (dezessete) votos favoráveis, 01 (um) contrário e 01 (uma) abstenção. Em seguida, nada mais
437 havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 17h
438 (dezessete) horas, onde eu Bruna Carolina Silva Magalhães, Secretária dos Conselhos Superiores da
439 Universidade Federal de Roraima, lavei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada
440 por mim e pelos demais membros presentes.
441

Profa. Gioconda Santos e Souza Martínez_

Prof. Reginaldo Gomes de Oliveira_

Prof. Joel Carlos Moizinho_

Téc. Adm. Manoel Alves Bezerra Júnior_

Profa. Sônia Costa Padilha_
Profa. Adriana Moreno Rangel_
Prof. Frank James Araújo Pinheiro_
Profa. Núbia Abrantes Gomes_
Prof. Alberto Martín Martínez Castañeda_
Prof. Roberto Câmara de Araújo_
Profa. Francilene dos Santos Rodrigues_
Prof. Carlos Alberto Marinho Cirino_
Prof. José Carlos Franco de Lima_
Prof. Márcio Akira Couceiro_
Prof. Jefferson Fernandes do Nascimento_
Profa. Sandra Maria Franco Buenafuente_
Prof. Carlos Vicente Joaquim_
Prof. Antonio Tolrino de Rezende Veras_
Prof. Alexander Sibajev_
Profa. Maria Lúcia Magalhães Palma_
Profa. Nilza Pereira de Araújo_
Prof. Jedson Machado Ximenes_
Profa. Ise de Goreth Silva_
Téc. Adm. Edney Veras dos Santos_
Téc. Adm. Claudomiro da Silva Rego_
Téc. Adm. Pedro Romulo Estevam Ribeiro_
Téc. Adm. Izaulina Videira Ramos Lourenço_

Téc. Adm. Danilo Martins do Nascimento_
Tec. Adm. Clivea de Farias Souto_
Téc. Adm. Roselene Gomes Coelho_
Disc. Paulo Ricardo Carvalho de Freitas_
Disc. José Victor da Costa Alecrim Bisneto_
Disc. Raul Azevedo Barros_
Disc. Adriano Henrique Lima de Oliveira_
Disc. Robert Carvalho de Vasconcelos_
Disc. Jucilene Carneiro de Lima_
Sec. dos Conselhos Superiores Bruna Carolina Silva Magalhães_
Est. dos Conselhos Superiores Paola Rafaella Souza de Carvalho_
Coordenador de Legislação e Normas Prof. Aldir Menezes Cavalcante_